



A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO COMUNITÁRIA EM DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO NORDESTE

Elma de Oliveira Araujo – UnB

Relatos de Experiência Internacionais e Redes de Pesquisa

1. INTRODUÇÃO

Este relato tem como foco a experiência de Formação Comunitária em Direitos Humanos realizada pelo Projeto Formação Comunitária em Direitos Humanos (PFCDH) na Região Nordeste, em 2024.

O PFCDH foi uma iniciativa desenvolvida no âmbito da Universidade de Brasília no formato de uma ação de extensão popular em direitos humanos, que foi viabilizada através de parceria estabelecida com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Ele foi responsável por promover espaços-síntese da práxis em direitos humanos, tendo como referência sujeitos coletivos de direitos. Mais especificamente, movimentos sociais dos povos dos campos, das águas e das florestas.

Essa breve descrição, alinhada ao nome do próprio projeto, consegue evidenciar os objetivos e as configurações das atividades que ocorreram nas cinco regiões do Brasil, entre maio de 2024 e junho de 2025. Os espaços-síntese foram executados no formato de seminários descentralizados, realizados nas regiões Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, respectivamente, tendo a participação ativa do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ).

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

No que concerne à região analisada neste projeto, o Nordeste, destaca-se algumas informações necessárias para o desenvolver e a análise dos materiais produzidos durante o espaço. O Seminário ocorreu em conjunto com o 2º Encontro Nacional do Coletivo Jurídico Zé Maria do Tomé, entre os dias 07 e



10 de agosto de 2024, no Centro Frei Humberto, localizado na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. Durante os quatro dias do seminário, ocorreram oito mesas e a presença de aproximadamente 120 (cento e vinte) pessoas, com a participação ativa não só dos convidados que compunham as mesas, mas também dos demais presentes.

A programação do Seminário da Região Nordeste foi pensada de forma a possibilitar a convivência não apenas nos espaços e horários destinados às mesas temáticas, mas também durante as refeições e momentos culturais. Em relação aos momentos dedicados às discussões, foram promovidas as seguintes mesas: “Racismo Ambiental e a defesa dos territórios e dos bens comuns no contexto da emergência climática”; “Novas formas de violência e conflitos no campo”; “Resistência e Violência no Campo no Nordeste”; “Cenário atual da Política Fundiária no Nordeste”; “Participação e impacto do Sistema Justiça no acesso a terra e território”; “Relações étnico-raciais e de gênero na luta por terra e território”; “Direitos Humanos e Natureza: o combate aos agrotóxicos no Brasil”; além da aplicação de questionário aos Setores de Direitos Humanos do MST e às assessorias jurídicas atuantes com a CONAQ e a APIB.

3. RESULTADOS/APRENDIZADOS

Para compor as mesas foram convidados ocupantes dos poderes do legislativo, executivo e judiciário, professores da UFPB e UnB, integrantes do MST, da CONAQ, da APIB, da CPT, do CIMI e do Coletivo Zé Maria do Tomé. Somou-se a dinâmica a aplicação de instrumento de coleta de dados que contava com 17 (dezessete) perguntas divididas em quatro eixos. O objetivo principal foi entender como vem se desenvolvendo as formas de mobilização e luta para a reivindicação e garantia de seus direitos, além da atuação do sistema jurídico. Através da análise das discussões e respostas dos instrumentos, constatou-se que quatro temas de destaque:

(I) relação entre os sujeitos coletivos e o sistema de justiça: Durante a mesa “Participação e impacto do Sistema Justiça no acesso à terra e ao território” os participantes destacaram a judicialização como ferramenta eficiente para os grandes latifundiários. Por esse motivo, foi frisado, em diversos



momentos, a importância dos advogados populares, principalmente dos formados nas turmas do PRONERA.

(II) a violência no campo, especificamente contra os defensores de Direitos Humanos: durante a mesa “Resistência e Violência do campo no Nordeste” os participantes evidenciaram como os movimentos e entidades são constantemente criminalizados e prejudicados, tais falas resultaram em manifestações dos presentes que disseram fazer parte do PROVITA, além de mencionarem o PPDDH. Exemplo mencionado diz respeito à morte da Mãe Bernadete, além de outros casos que evidenciam como a violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil persiste e se reinventa.

(III) a utilização do agrotóxico para aumentar a violência contra os povos do campo: tema de relevância na mesa de abertura. Os debates foram alicerçados por especialistas da área, tendo em vista que o Seminário da região NE foi pensado e realizado em conjunto com o 2º Encontro Nacional do Coletivo Jurídico Zé Maria do Tomé. Se destacou na discussão a Lei Estadual do Ceará n. 16.820/2019, conhecida como Lei Zé Maria do Tomé, e suas prejudiciais flexibilizações.

(IV) as energias renováveis como nova forma de lucro para grandes empresas e prejuízo para as comunidades tradicionais: durante a mesa “Cenário atual da Política Fundiária no Nordeste” destacou como a ampliação de energias eólicas e solar é exemplo do avanço da economia verde que prejudica diretamente as comunidades camponesas e tradicionais. Nesse sentido, foi mencionado como a exploração da terra na contemporaneidade se dá de várias formas para além do avanço do agronegócio, prejudicando as comunidades rurais que são diretamente influenciadas e não consultadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Cecília Meireles, lembrada pelo coordenador do PFCDH, Professor Doutor Antonio Sergio Escrivão Filho, os “Direitos Humanos, essa palavra/que o sonho humano alimenta/que não há ninguém que explique/ e ninguém que não entenda”, tem difícil definição. Ocorre que realizar um Projeto com tal temática exige, no mínimo, definição certa sobre o objeto principal,



essa definição e sua devida construção é realizada pelas Ciências Sociais Aplicadas em razão dos movimentos e entidades sociais que transformam a realidade através de suas lutas e conquistas.

Os quatro dias de seminário na Região Nordeste foram importantes para conseguir fazer o levantamento dos principais problemas enfrentados nos estados que a compõem, principalmente no que diz respeito às violências e violações dos direitos humanos das comunidades ligadas ao campo. A utilização da via judicial com o objetivo de enfraquecer e criminalizar os sujeitos coletivos, principalmente os defensores e defensoras de direitos humanos, a utilização do agrotóxico como ferramenta para adoecer as comunidades rurais e a ampliação das energias renováveis que prejudicam a população próxima foram as principais temáticas abordadas.

Esses espaços de escuta e participação dos movimentos e entidades sociais ligadas ao campo possibilitaram uma compreensão do Direito para além do sistema judicial, mas sobretudo como os sujeitos coletivos promovem, efetivam e protegem os direitos humanos mesmo com constantes violações, que se atualizam e se reconfiguram, mas não impedem que haja a práxis da justiça social e estatal por meio das atividades, mobilizações e articulações coletivas. Nesse sentido, a presença da Universidade na elaboração e organização do PFGDH se fez de forma necessária e adequada, tendo em vista que as atividades desenvolvidas em nível regional e nacional indicaram a necessidade de se conhecer e refletir sobre direitos humanos e sua conexão com o fortalecimento democrático..

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. O.; NATOUR, J. Z.; RAMPIN, T. T. D.. **Seminários do Projeto Formação Comunitária em Direitos Humanos: espaços-síntese da práxis em direitos humanos**. X Seminário Nacional “Direitos, desigualdades e movimentos sociais nas periferias do capitalismo”, Jataí/GO, 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra)

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça. UNESCO, 2007.



CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. **Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, seção Artigos, publicado em 25 mar. 2021. Brasília: UNIFUCAMP – Centro Universitário Mário Palmério. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sergio. **Mobilização social do direito e expansão política da justiça: análise do encontro entre movimento camponês e função judicial**. 2017. 315 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sérgio. **Movilizar el derecho sin accionar la justicia: la experiencia del movimiento sin tierra en Brasil**. In: Pereira, Gabriel; Smulovitz, Catalina (Orgs.). El uso del derecho como herramienta de transformación en América Latina, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/393481144_El_uso_del_derecho_com_o_herramienta_de_transformacion_en_America_Latina. Acesso em 20 de agosto de 2025.

ESCRIVÃO, Antônio Sérgio. FILHO; SOUSA, José Geraldo de. JUNIOR. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016 (Coleção Direito e Justiça).

PITA, Flávia Almeida. **Pesquisa participante: o desafio da produção de conhecimento jurídico popular e transformador**. In: BRAGA, Ana Gabriela Mendes; IGREJA, Rebecca Lemos; CAPPI, Riccardo (Orgs.). Pesquisar Empiricamente o Direito II: percursos metodológicos e horizontes de análise. [S.l.]: REED – Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2022. Disponível em: <https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2022/12/BRAGA-A.G.M.-IGREJA-R.CAPPI-R.-Org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito-II.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2025

SOUSA, Adda Luisa de Melo. MACÊDO, Gabriel Remus. CARILHO, Jana Louise Pereira. SILVA, Kelle Cristina Pereira da. PRÓBIO, Marcos Vítor Evangelista. BERALDO, Maria Antônia Melo. RODRIGUES, Moema Oliveira. **Educação Popular e Práxis Extensionista Transformadora: A Ação da Assessoria Universitária Popular e O Direito Achado Na Rua**. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O Direito Achado Na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade. Vol. 10. Brasília: OAB Editora e Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 610-622.



SOUSA, Adda Luisa de Melo. **O papel da extensão popular na democratização da justiça: a experiência da assessoria jurídica universitária popular Roberto Lyra Filho.** 2022. 47 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. **A desobediência epistemológica da pesquisa (auto)biográfica:** outros tempos, outras narrativas e outra universidade. Revista da UFG, Goiânia, 2021.